


A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NA QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE SAÚDE

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9821525290415>

Data de aceite: 13/08/2025

Thaís Silva dos Reis

Adriana do Nascimento

Aline Moreira da Costa

Barbara Papée de Oliveira

Fabiane Leusin

Graziela de Oliveira Goettems

RESUMO: Este artigo aborda a relevância da Educação Permanente em Saúde (EPS) como ferramenta estratégica para qualificar as práticas de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa se baseia em revisão integrativa de literatura, com ênfase na análise crítica de documentos normativos e artigos científicos publicados entre 2004 e 2024. Evidencia-se que a EPS contribui para a ressignificação dos processos de trabalho, fortalecimento do vínculo ensino-serviço e desenvolvimento de práticas reflexivas e colaborativas. No entanto, sua efetivação ainda enfrenta desafios institucionais, metodológicos e culturais, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS). Conclui-se que consolidar a EPS requer investimento contínuo em

metodologias ativas, valorização dos trabalhadores e gestão participativa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente em Saúde; Qualificação Profissional; Sistema Único de Saúde

INTRODUÇÃO

A qualificação das práticas de saúde é um desafio constante no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), dada a complexidade dos serviços, a diversidade dos territórios e a necessidade de respostas eficazes às demandas da população. Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde (EPS) emerge como uma estratégia fundamental para o fortalecimento do cuidado e a valorização dos trabalhadores da saúde, sendo reconhecida como política pública desde a publicação da Portaria nº 198/2004, posteriormente atualizada pela Portaria nº 1.996/2007 (Brasil, 2004; Brasil, 2007).

A EPS se diferencia de modelos tradicionais de capacitação por propor uma abordagem crítica e reflexiva, centrada no processo de trabalho e nas experiências

concretas dos sujeitos. Segundo Ceccim e Feuerwerker (2004), trata-se de uma concepção pedagógica que rompe com a lógica bancária da educação, ao promover a aprendizagem a partir da problematização da realidade, do diálogo entre saberes e da valorização da prática cotidiana como espaço formativo.

A inserção da EPS no cotidiano dos serviços, sobretudo na Atenção Primária à Saúde (APS), tem potencial para transformar práticas fragmentadas em ações mais integradas, interdisciplinares e resolutivas. Contudo, sua efetivação ainda enfrenta barreiras institucionais, como a descontinuidade das ações, a ausência de planejamento participativo e a confusão conceitual com a educação continuada (Ferreira *et al.*, 2019; Higashijima *et al.*, 2025).

Além disso, estudos demonstram que a EPS contribui para o fortalecimento da gestão participativa, a democratização das relações de trabalho e o desenvolvimento de vínculos mais sólidos entre equipes e usuários (Lemos, 2016; França; Rabello; Magnago, 2019). A formação contínua, quando alinhada às necessidades do território e construída de forma coletiva, torna-se um instrumento potente de qualificação do cuidado e de defesa da vida.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da Educação Permanente em Saúde na qualificação das práticas de saúde, por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. Busca-se compreender de que modo os princípios da EPS têm sido incorporados às rotinas dos serviços e quais os principais desafios enfrentados para sua consolidação como política transformadora no SUS.

REVISÃO DE LITERATURA

A Educação Permanente em Saúde (EPS) foi instituída como política pública com a publicação da Portaria nº 198/2004 e consolidada pela Portaria nº 1.996/2007. Seu propósito é transformar as práticas de formação e qualificação dos trabalhadores do SUS por meio da problematização do cotidiano dos serviços e da aprendizagem significativa (BRASIL, 2004; BRASIL, 2007).

Ceccim e Feuerwerker (2004) destacam que a EPS deve ser uma ação educativa ancorada na realidade dos serviços, promovendo o protagonismo dos trabalhadores e o diálogo entre saberes. A aprendizagem se dá no espaço de trabalho e parte das situações-problema vivenciadas pelas equipes.

Ferreira *et al.* (2019) identificaram que a EPS, na Atenção Primária à Saúde (APS), encontra desafios como a sobreposição de agendas, a desvalorização institucional e a confusão com práticas de educação continuada. Ainda assim, apontam avanços na criação de espaços coletivos de aprendizagem e fortalecimento da integração ensino- serviço.

Higashijima *et al.* (2025) afirmam que a EPS deve ser compreendida como um campo político e pedagógico comprometido com a transformação social. Os autores ressaltam que sua efetividade depende do reconhecimento dos sujeitos implicados, da escuta qualificada e da valorização das práticas locais.

A literatura aponta ainda que as metodologias ativas, como o Arco de Magueréz, têm sido amplamente utilizadas em processos formativos na saúde, promovendo maior engajamento dos profissionais e melhor aplicação prática do conhecimento (Jacobovski; Ferro, 2021).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica narrativa, com abordagem qualitativa e caráter exploratório. A pesquisa foi realizada entre julho de 2024 e julho de 2025, com base em documentos normativos, artigos científicos e revisões sistemáticas sobre a implementação da Educação Permanente em Saúde no Brasil.

Foram utilizados como critérios de inclusão publicações em português entre os anos de 2004 e 2025, que abordassem conceituação, estratégias, desafios ou resultados da EPS. A seleção das fontes foi feita nas bases SciELO, LILACS, BVS e Google Scholar, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde.

A análise dos textos selecionados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias empíricas como: fundamentos da EPS, práticas exitosas, desafios institucionais e impactos na qualificação do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da produção científica e documental sobre Educação Permanente em Saúde (EPS) revelou que, nos últimos anos, houve importante avanço na sua institucionalização como política pública voltada à qualificação dos processos de trabalho no SUS. As diretrizes que sustentam a EPS priorizam a problematização da realidade vivida pelos trabalhadores, a reflexão crítica sobre as práticas e a valorização do saber produzido no cotidiano (Brasil, 2004; Ceccim; Feuerweker, 2004). Essa concepção rompe com os modelos tradicionais de capacitação técnica e propõe uma formação que emerge das necessidades do território, com foco na transformação do cuidado e da gestão.

Apesar da clareza normativa sobre os princípios da EPS, os estudos apontam desafios importantes quanto à sua implementação prática. Ainda é comum encontrar ações formativas centradas em palestras expositivas e treinamentos verticais, que desconsideram a realidade local e reduzem os profissionais a receptores passivos de conteúdos (LEMOS, 2016). Tal distorção do conceito original da EPS enfraquece seu potencial transformador, evidenciando a necessidade de qualificação dos processos pedagógicos e do entendimento conceitual por parte das equipes gestoras e facilitadores.

As metodologias ativas, especialmente o Arco de Magueréz, têm sido utilizadas com frequência nas ações de EPS, por promoverem o diálogo, a escuta e o protagonismo dos trabalhadores. Oficinas temáticas, rodas de conversa e análise de casos concretos também

se destacam como práticas que facilitam a articulação entre teoria e prática, permitindo aos participantes repensarem sua atuação a partir de experiências compartilhadas (Jacobovski; Ferro, 2021). Em algumas experiências, o uso de tecnologias digitais, como ambientes virtuais de aprendizagem, possibilitou ampliar o alcance das ações, embora também tenha revelado desigualdades no acesso e na inclusão digital (França; Rabello; Magnago, 2019).

Ferreira et al. (2019) e Monteiro et al. (2017) apontam que as ações de Educação Permanente em Saúde têm gerado efeitos significativos na reorganização dos serviços, especialmente no que se refere à reestruturação dos fluxos assistenciais, à implementação de protocolos clínicos baseados em evidências e à qualificação das relações interprofissionais. Observa-se que a prática multiprofissional foi fortalecida quando os processos formativos foram conduzidos de maneira coletiva, respeitando a singularidade dos territórios e integrando-se ao cotidiano das equipes. Tais iniciativas favoreceram o aprimoramento do vínculo entre profissionais e usuários, além de ampliarem a capacidade de resposta da atenção primária frente às demandas do território. A EPS também tem sido uma ferramenta potente para a humanização do cuidado, especialmente quando as práticas educativas valorizam a escuta, a subjetividade e os saberes diversos presentes nos serviços de saúde. Em regiões com populações vulneráveis, a EPS contribuiu para ampliar o olhar das equipes sobre as determinantes sociais da saúde, favorecendo práticas mais equitativas, sensíveis às especificidades culturais e territoriais (Carvalho; Alcoforado, 2023). Nessas situações, a EPS atua não apenas como dispositivo de qualificação técnica, mas como um instrumento de justiça social.

Em contrapartida, os estudos apontam a ausência de tempo protegido como um dos maiores entraves para a consolidação da EPS no cotidiano dos serviços. A sobrecarga das equipes, a rotatividade dos profissionais e a pressão por metas assistenciais limitam a adesão dos trabalhadores às ações educativas, que acabam sendo vistas como tarefas adicionais e não como parte do processo de trabalho (Lemos, 2016). Outro obstáculo frequente é a descontinuidade das ações em função de mudanças na gestão municipal, falta de recursos financeiros e escassez de facilitadores capacitados.

Além disso, a articulação entre as secretarias de saúde, os serviços e as instituições de ensino ainda são frágeis em muitos territórios, comprometendo a integração entre formação, atenção e gestão. A literatura aponta que, quando há planejamento integrado e envolvimento de múltiplos atores incluindo trabalhadores, gestores e usuários, os efeitos da EPS tendem a ser mais significativos e sustentáveis (França *et al.*, 2019). Assim, é possível afirmar que a efetividade da política depende diretamente da valorização da formação no trabalho como componente estruturante do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Permanente em Saúde tem se afirmado como um instrumento fundamental para a qualificação das práticas de cuidado e de gestão no Sistema Único de Saúde. Ao propor a articulação entre trabalho, ensino e aprendizagem, a EPS contribui para a construção de espaços coletivos de reflexão crítica sobre o fazer em saúde, promovendo mudanças significativas na organização dos serviços e no fortalecimento do SUS. Os achados deste estudo demonstram que, quando implementada de forma contextualizada e participativa, a EPS é capaz de transformar realidades, promover autonomia nas equipes e ampliar a resolutividade da atenção, especialmente na Atenção Primária à Saúde.

Entretanto, os resultados também revelam desafios persistentes, como a fragmentação conceitual da política, a ausência de tempo protegido para formação, a fragilidade na articulação entre serviços e instituições de ensino, além da escassez de recursos e apoio pedagógico. Esses entraves comprometem a continuidade das ações educativas e limitam o potencial transformador da EPS nos territórios. Para que a política seja efetivamente consolidada, é necessário que os gestores incorporem a formação no trabalho como dimensão estruturante da saúde pública, reconhecendo os trabalhadores como protagonistas do processo educativo.

Diante disso, reforça-se a necessidade de investimentos sustentados em estratégias de Educação Permanente que estejam alinhadas às diretrizes do SUS e que considerem as especificidades de cada território. A valorização do diálogo, da escuta e da construção coletiva deve estar no centro das práticas formativas. Ademais, recomenda-se o fortalecimento da avaliação das ações de EPS, a formação de facilitadores qualificados e a ampliação da integração interinstitucional. Avançar na institucionalização da EPS é, portanto, um caminho indispensável para qualificar o cuidado, fortalecer a gestão participativa e consolidar um modelo de saúde baseado nos princípios da equidade, integralidade e participação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na

Saúde. *Política de Educação Permanente e Desenvolvimento para o SUS: caminhos para educação permanente em saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

CARVALHO, Maria de Lourdes; ALCOFORADO, Joaquim Luís Medeiros. Educação permanente em saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? *Revista Educação, Ciência e Saúde*, v. 10, n. 1, p. 163–182, jan./jun. 2023. DOI: 10.20438/ecs.v10i1.521.

CASTRO, Janete Lima de; PINTO, Isabela Cardoso de Matos. A contribuição da educação permanente em saúde para a segurança do paciente. In: LEIASS (org.). *Ferramentas Educacionais na Saúde*. s.l.: s.ed., 2020. p. 23–26.

FERREIRA, Lorena; MENDES, Sarah; SILVA, Karine; NASCIMENTO, Adriana. Educação permanente em saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. *Saúde em Debate*, v. 43, n. 120, p. 223–239, jan. 2019.

FRANÇA, Tânia; RABELLO, Eliane T.; MAGNAGO, Camila. As mídias e as plataformas digitais no campo da educação permanente em saúde: debates e propostas. *Saúde em Debate*, v. 43, n. spe1, p. 106–115, ago. 2019.

HIGASHIJIMA, Márcia Naomi Santos et al. Princípios e características da educação permanente em saúde: resgate e resistência em favor de um SUS potente e em defesa da vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, Supl. 1, 2025. DOI: 10.1590/1413- 812320242911.05902023.

JACOBOVSKI, Ricardo; FERRO, Leonardo F. Permanent education in health and active learning methodologies: a systematic integrative review. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e39910313391, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13391>. Acesso em: 15 set. 2024.

LEMOS, Cleomar Lopes da Silva. Educação permanente em saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, p. 913–922, mar. 2016.

MONTEIRO, Elisângela S.; SANTOS, Janaina O.; ALMEIDA, Fernanda R. Educação permanente para o controle social: uma ferramenta para a gestão participativa e compartilhada. *APS em Revista*, v. 1, n. 2, p. 132–140, 2019. DOI: 10.14295/aps.v1i2.28.